

RELAÇÕES ENTRE ÍNDICES DE CRIMINALIDADE E INDICADORES SOCIOECONÔMICOS NAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO DISTRITO FEDERAL

Victor Hugo Costa Dias

Engenheiro de Controle e Automação pela Universidade de Brasília (UnB)
Mestre em Engenharia Biomédica pela Universidade de Brasília (UnB)
Especialista em Ciências Forenses pelo IFAR/LS
E-mail: costadias.victorhugo@gmail.com

Palavras-chave: Criminalidade, indicadores socioeconômicos, economia do crime, DF.

INTRODUÇÃO

Há décadas, relações entre criminalidade e indicadores socioeconômicos são objeto de estudos [1]. Busca-se encontrar uma teoria que forneça explicações para a criminalidade, evidenciando tanto sua dinâmica de formação quanto seus efeitos [2]. Esses tipos de estudos foram conduzidos no Brasil, país com o maior número absoluto de homicídios do mundo [3], considerando interações de fatores como renda, educação, emprego e desigualdade com índices de crimes contra o patrimônio e a vida [2,4]. Entretanto, nem sempre há consenso sobre a forma como essas relações ocorrem [5]. A maioria dos estudos, especialmente quando consideram crimes contra o patrimônio, apontam correlações positivas entre criminalidade e desigualdade [6]. Esse indicador é frequentemente medido pelo índice de Gini, que faz do Distrito Federal (DF) a unidade da federação mais desigual do país [7]. Isso explica-se pela disparidade de situação socioeconômica entre as Regiões Administrativas (RAs) do DF, fruto do processo de urbanização que segrega sua população [8]. Naturalmente, os índices de criminalidade das RAs também são diferentes [9]. Criminalidade e violência são problemas expressivos no Brasil e no DF, que em 2014 apresentou uma taxa de homicídios de 33,1 para cada 100 mil habitantes [3]. Consequentemente, torna-se evidente a importância de compreender os mecanismos que contribuem para o aumento da criminalidade, que impacta e é impactada por indicadores socioeconômicos [1].

OBJETIVO

Este trabalho buscou verificar as relações existentes entre as taxas de criminalidade e os indicadores socioeconômicos em 19 regiões administrativas do DF, evidenciando as respectivas interdependências existentes entre os indicadores.

METODOLOGIA

Por meio da aplicação de testes de correlação, foram feitas inferências acerca do comportamento de indicadores socioeconômicos e taxas de criminalidade das RAs. Nas análises, foram considerados apenas resultados com significância estatística ($p < 0,05$). As taxas de criminalidade são fornecidas pela Secretaria de Segurança Pública e estão disponíveis online [10]. Os indicadores socioeconômicos foram obtidos da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) [9]. Foram utilizados dados de 2013, os mais recentes integralmente disponíveis.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram investigadas as interações entre a quantidade de furtos em veículo, roubos de veículo, roubos a transeunte, roubos em coletivo, roubos em comércio, homicídios, latrocínios, lesão corporal seguida de morte, o somatório dos crimes contra o patrimônio e o somatório dos crimes violentos letais e intencionais (todos por 100 mil habitantes) registrados na RA em questão e seus indicadores de renda per capita, índice de Gini, idade, cor e ocupação da população. Analisando a renda, tem-se que a RA mais rica, o Lago Sul, apresentava em 2013 renda per capita mensal de R\$ 6.510,10 enquanto a RA mais pobre, o SCIA (integrado basicamente pela cidade Estrutural) apresentava renda per capita mensal de R\$ 367,50 [9]. Foram observadas correlações negativas entre renda e roubo em coletivo, roubo em comércio e número de homicídios. Houve também correlação positiva entre renda e número de furtos em veículos. Assim, é possível perceber que baixa renda e altos níveis de crimes com violência ou grave ameaça, como roubo e homicídio, estão diretamente relacionados, como já descrito [5]. A relação observada entre alta renda e maior número de furtos em veículos poderia ser explicada pela teoria de que crimes contra o patrimônio tendem a ocorrer onde o retorno esperado pelo criminoso é maior [4]. Não foram

observadas correlações significativas entre o índice de Gini e as taxas dos crimes considerados, diferentemente do apontado em estudos realizados em regiões maiores, que indicam relações diretas entre desigualdade e criminalidade [6,5,11]. Isso sugere que o índice de Gini calculado para uma RA não é um indicador informativo, uma vez que, devido às características do DF, a população de uma RA tende a possuir situação econômica semelhante entre si. Foram observadas correlações positivas entre quantidade de habitantes sem nenhuma atividade profissional e número de homicídios; quantidade de aposentados e número de furtos em veículos; quantidade de trabalhadores do lar e número de roubos em coletivo, roubos em comércio e homicídios; quantidade de desempregados e número de roubos em coletivo, roubos em comércio e homicídios; quantidade de estudantes e número de roubos em coletivo e homicídios. Correlações negativas foram observadas entre quantidade de aposentados e número de roubos em coletivo, roubos em comércio e homicídios; e entre número de furtos em veículos e quantidade de desempregados, quantidade de trabalhadores do lar e quantidade de estudantes. Os resultados corroboram o observado na análise da renda, já que há associação de crimes violentos com maior quantidade de desempregados e trabalhadores do lar, condições geralmente associadas a regiões de renda mais baixa. Maior quantidade de estudantes também está relacionado a maior quantidade de violência, provavelmente devido à faixa etária dessa parcela da população, pois há também associação entre criminalidade e quantidade de jovens [12,13,3], principalmente na faixa dos 10 aos 24 anos, fortemente associada à ocorrência de crimes violentos. Já a quantidade de aposentados e o tamanho da parcela da população acima de 40 anos estão relacionados com menores índices de crimes violentos e maiores índices de crimes contra o patrimônio sem violência. Quanto à cor, é possível observar a forte relação entre quantidade maior de negros e pardos e maiores taxas de roubos em comércios e homicídios, enquanto a quantidade de furtos em veículos é diminuída. Para uma parcela maior de brancos, observa-se forte relação com menores taxas de homicídios e roubos e maiores taxas de furtos em veículos. Nada pode ser inferido sobre as relações entre indígenas e amarelos e índices de criminalidade. Esses resultados condizem com o fato da população negra estar mais sujeita à violência [14].

CONCLUSÃO

Pode-se assim concluir que os índices de criminalidade estão intimamente ligados aos indicadores socioeconômicos das RAs do DF. As relações observadas condizem com a literatura, com exceção daquelas referentes ao índice de Gini, pelos motivos explicados. Futuros trabalhos podem ser desenvolvidos com dados mais completos e com aplicação de métodos econométricos mais robustos.

REFERÊNCIAS

1. BECKER, G. S. Crime and Punishment: An Economic Approach. **Journal of Political Economy**, Chicago and London, 76, 1968. 169-217.
2. VIAPIANA, L. T. **Economia do Crime: Uma Explicação para a Formação do Criminoso**. 1ª. ed. Porto Alegre: AGE, 2006.
3. CERQUEIRA, D. et al. **Atlas da Violência 2016**. IPEA. Brasília, p. 55. 2016.
4. GAULEZ, M. P.; MACIEL, V. F. **Determinantes da Criminalidade do Estado de São Paulo: Uma Análise Espacial de Dados em Cross-Section**. Anais do XLIII Encontro Nacional de Economia, Proceedings of the 43rd Brazilian Economics Meeting. ANPEC-Associação Nacional dos Centros de Pósgraduação em Economia, Brazilian Association of Graduate Programs in Economics. 2016. p. 1-21.
5. CRUZ, F. V.; ARAÚJO, A. F. V. Análise da Criminalidade em Palmas-TO: Uma Abordagem Econométrica da Violência Urbana. **Informe Gepec**, Toledo, 16, n. 2, dezembro 2012. 170-185.
6. RESENDEI, J. P.; ANDRADEII, M. V. Crime social, castigo social: desigualdade de renda e taxas de criminalidade nos grandes municípios brasileiros. **Estudos Econômicos**, São Paulo, Março 2011.
7. BRASIL.IPEA. Situação Social nos Estados: Distrito Federal. **IPEA**, Brasília, 2012. 17.
8. NUNES, B. F.; COSTA, A. Distrito Federal e Brasília: dinâmica urbana, violência e heterogeneidade social. **Cadernos Metrôpole**, Brasília, 17, 2017. 35-57.
9. BRASIL.CODEPLAN. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - Distrito Federal - PDAD/DF 2013**. Codeplan. Brasília. 2014.

10. GOVERNO DE BRASÍLIA. **Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social**. Disponível em: <<http://www.ssp.df.gov.br/estatisticas/serie-historica.html>>. Acesso em: 27 Junho 2016.
11. GRINGS, M.; LEISMANN, E. L. Teoria Econômica do Crime: Uma Abordagem a Partir do Programa Bolsa Família no Estado do Rio Grande do Sul. **Revista Eletrônica Gestão & Sociedade**, abril 2016. 1211-1227.
12. GOVERNO DO RIO DE JANEIRO. **Relatório Juventude e Crime: Um estudo a partir das autuações em flagrante no estado do Rio de Janeiro entre 2010 e 2014**. Instituto de Segurança Pública. Rio de Janeiro. 2016.
13. REIS, A. F. D. Violência e Desenvolvimento Local: um estudo sobre a criminalidade entre jovens de 15 a 24 anos em comunidades periurbanas de Campo Grande, MS. **INTERAÇÕES**, Campo Grande, 14, n. 2, dezembro 2013. 155-164.
14. WAISELFISZ, J. J. A cor dos homicídios no Brasil. **Mapa da Violência**, Brasília, n. 1, 2012.

AGRADECIMENTOS

À professora MSc. Ana Carolina Cardoso de Sousa, pela revisão deste trabalho.

Não foram declarados conflitos de interesse associados à publicação deste artigo.